

A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da expectativa de 1980

Alberto Guerreiro Ramos

*“A posteridade poderá
saber que não deixamos, pelo
silêncio negligente, que as coisas
se passem como num sonho.”*

Los Angeles, 7 de setembro de 1980.

A análise da inteligência brasileira na década de 1930 me proporciona a oportunidade de reexaminar a linha mestra de meus estudos sobre a história das ideias no Brasil, iniciados em 1951¹. Num desses estudos, tentei caracterizar os diversos perfis mentais de integrantes da inteligência brasileira na década de 1930 e os seus correspondentes tipos de motivação². Posteriormente, vários estudiosos retomaram o tema e expandiram o escopo de sua investigação. Nos dias correntes, ao reexaminar aquele período de nossa história intelectual, sou levado a nele discernir aspectos que se tornaram significativos por força de minha vivência do momento liminar da década de 1980.

Em resumo, a tese fundamental deste estudo pode ser assim enunciada: a despeito das orientações ambivalentes e por vezes, contraditórias de seus integrantes, a inteligência brasileira na década de 1930 empreendeu significativo esforço de interpretação e configuração institucional do País, sem, contudo, transcender o seu confinamento da história modernista da sociedade ocidental. No momento em que a história modernista do Ocidente e do mundo encontra-se em rápida exaustão de sua exemplaridade, descortinam-se, pela primeira vez, condições propiciadoras do advento de um episódio cultural e político propriamente brasileiro.

Entendo por inteligência brasileira o conjunto de pessoas que têm exercido, em vários papéis, um magistério público orientado para interpretar e configurar o processo de formação do País. Como em outros períodos, na década de 1930, fazem parte dela, ao lado de escritores propriamente, como por exemplo, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Martins de Almeida, Alceu Amoroso Lima, Octavio de Faria, Plinio Salgado, indivíduos como Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, João Neves da Fonseca, Goes Monteiro, Luiz Carlos Prestes, Juarez Tavora, Newton Estillac Leal, que, quando muito, são escritores *ad hoc* ou de ocasião.

A análise desta população, que neste texto inclui, eventualmente, indivíduos atuantes nos anos vinte e nos seguintes até 1945, assume enorme complexidade, e, no estado atual da documentação histórica disponível, dificilmente poderia ser exaustiva. Com o objetivo de classificar esses indivíduos de modo tão abrangente quanto possível, sirvo-me de três tipos de categorização que, aliás, é necessário observar, não são mutuamente exclusivos. A

Texto nunca publicado, minimamente editado e formatado por Luiz Carlos Bresser-Pereira, 2024. Disponível in www.bresserpereira.org.br

categorização preponderante neste estudo enfatiza os polos de um continuum posicional e temático, tais como hipercorreção e pragmatismo crítico, e será aplicada mais adiante.

Outro modo de categorizar consiste numa extrapolação do princípio implícito da análise de escritores brasileiros da Velha República, empreendida por Sergio Miceli.³ Esteticismo e diletantismo parecem constituir traços marcantes de intelectuais que Miceli chama de anatolianos. Certamente o qualificativo se aplicaria a Afranio Peixoto, que cunhou a frase “a literatura é o sorriso da sociedade”. Mas em consonância com a abordagem de Miceli, sugerirei os qualificativos de carlylianos, aí incluídos elitistas, à moda de Thomas Carlyle; bonaldianos, aí incluídos conservadores de índole semelhante à do Visconde Louis Gabriel Ambroise de Bonald, mais conhecido por Bonald; gorkianos, aí incluídos denunciadores das misérias do novo povo, que teriam afinidade com o escritor russo Máximo Gorki.

Pareceu-me ainda necessário tomar a configuração de poder como referente dos diversos posicionamentos dos intelectuais do período. Eventualmente, os qualificarei como cêntricos, periféricos e fronteiriços (estes últimos na margem, porém no interior da periferia, ou a ela externos, mas próximos da sua fronteira), confrontivos, ou adversários do ordenamento político estabelecido, e independentes, ou indivíduos que parecem conduzir-se consistentemente como analistas imparciais dos eventos.

Traços gerais e específicos compõem o perfil da inteligência brasileira nos anos trinta. A presente análise focalizará dois desses traços gerais, tais como identificados nas seguintes proposições:

- Os intelectuais do período em exame, como de resto em períodos anteriores e seguintes, raramente são destituídos de papéis formais na estrutura social estabelecida;
- A cultura e a ciência, na feição modernista que esses intelectuais adquirem no exterior, constituem a fonte primária de seu trabalho, variando entre eles apenas o modo crítico ou hipercorreto de assimilá-las.
- A especificidade dessa inteligência espelha-se em dois eventos:
 - O êxito de parte dos seus integrantes como protagonistas revolucionários do humanismo civilista; e
 - A duradoura obra de institucionalização de seus objetivos.

Sob o Signo da Dialética da Ambiguidade e da Complementariedade

Em sua determinação social, como em todos os períodos de nossa história, a inteligência brasileira na década de 1930 é constituída por indivíduos incluídos na estrutura social estabelecida, se já por identificação, seja por acomodação. Em outras palavras, jamais em nossa história, inclusive na década de 1930, significativa parcela da inteligência brasileira se percebeu como excluída da estrutura social estabelecida, ou em frontal antagonismo com ela. Quando um ou outro membro dessa inteligência foge a esta regra, a sua mensagem pode ser eventualmente admirada, mas nunca socialmente efetiva. Isso não quer dizer que a

inteligência brasileira tem se condenado ao imobilismo político. Certamente ela é agência política eminente da sociedade brasileira, mas em suas reivindicações não vai além de pretender modificações na composição de interesses da configuração de poder, sem que isso jamais implique na substituição da estrutura social vigente por outra. Ela é composta de litigantes moderados, não de mensageiros de derrocada da estrutura social estabelecida. tampouco sugiro que todos os intelectuais brasileiros sejam bem-nascidos. É possível que esse sejam melhor aquinhoados politicamente, mas, como o caso de machado de Assis ilustra, os intelectuais de origem modesta raramente escapam ao processo cooptativo que, ou os assimilam inteiramente, ou os acomodam ao sistema. Por isso mesmo jamais se formou no Brasil uma intelligentsia no sentido russo. A sociedade czarista engendrou a categoria de intelligentsia, do tipo de intelectual desocupado, totalmente excluído do sistema formal de papéis e, por isso, estimulou a formação de rebeldes, anarquistas, revolucionários, por assim dizer, profissionais, o que, em certa medida, explica o êxito do movimento bolchevista em 1917.

Na década de 1930, os integrantes da inteligência brasileira em litígio com o sistema social estabelecido não pretendem mais do que ampliar as fronteiras do sistema através da implantação de novo ordenamento de interesses, que lhes permitisse mais efetiva participação no processo político. A revolução de 1930 foi uma insurreição de radicalidade limitada e, por isso, logrou ser bem-sucedida. É disso ilustrativa a controvérsia ideológica ocorrida entre os participantes da liderança do movimento insurrecional dos anos vinte e trinta.

Com efeito, a atuação de Luiz Carlos Prestes nas escaramuças militares que singularizam a marcha de sua Coluna, durante dois anos e sete meses pelo interior do País, parecia destiná-lo ao papel de líder eminente da revolução de 1930. Entre os seus organizadores cogitou-se seriamente de que lhe fosse atribuída a chefia militar da insurreição. No entanto, é sabido que Prestes recusou-a, por considerá-la incompatível com as suas convicções na época. Num dos documentos em que expõe os motivos de sua recusa, ele descreve o Brasil como um país governado por minoria de “proprietários de terras e dos meios de produção”, “apoiada por dois grandes imperialismos que nos escravizam e aos quais os politiqueros brasileiros entregam, de pés e mãos atadas, toda a Nação”. Pela para a “insurreição nacional de todos os trabalhadores” e, entre as medidas que recomenda, inclui a “confiscação e nacionalização das empresas estrangeiras, de latifúndios, concessões, vias de comunicação, serviços públicos, minas, bancos, além da anulação das dívidas externas”⁴.

Não cabe examinar aqui os méritos intrínsecos do diagnóstico de Prestes. Importa, porém, observar que, ao rejeitá-lo, os organizadores movimento manifestam a sua determinação de não apresentarem ao País como representantes de uma classe. Nos termos ambíguos e frequentemente imprecisos de suas declarações, o que almejavam era, através da reforma política e do sistema legal, defender o País contra a ambição e influência corruptora da minoria no poder, e assegurar condições corretivas do unilateralismo regional e do predomínio das oligarquias no Governo do País. Num encontro com Getúlio Vargas, Prestes teria estabelecido como condição para aderir ao movimento, que ele reivindicasse a “reforma agrária”. Apesar de confessar-se admirador de Prestes, como disse em outra oportunidade, Vargas considerou a exigência inaceitável.

O manifesto de Prestes, datado de 29 de maio de 1930, segundo João Alberto, “abalou” muitas facções revolucionárias, pois nele “havia algo de verdade”⁵.⁵ Não as dissuadiu, porém, de prosseguirem nos seus propósitos radicais limitados. Em carta aberta a Prestes, o general Isidoro Dias Lopes não hesitou em recomendar o que chamou de “oportunismo”, na consumação da obra revolucionária. Explicando e seu “oportunismo”, afirmou que, mesmo que as ideias de Prestes “fossem aceitáveis, rejeito os remédios por elas preconizados para curar os males da pátria, pela falta de oportunidade, dada a completa ausência de oposições necessárias à aplicação de um regime de claro fundo comunista a uma nação que absolutamente não é capitalista”⁶.⁶ Isso corresponde a uma interpretação da Revolução de 1930 como um episódio essencialmente contido na dialética da ambiguidade e da complementaridade.

Pode-se até argumentar que, intuitivamente, os dirigentes da Revolução tinham clara consciência de que quaisquer medidas que na época fossem propostas do ponto de vista da dialética da popularidade, de que Prestes se tornou então porta-voz, tornariam a insurreição inarticulável no País. Assim é que Juarez Távora, por imperativos realísticos, definiu-se a favor da “revolução possível”, a qual não seria “privilégio de uma classe”⁷.⁷ E taxativamente afirmou: “Não será invertendo a ordem existente, pela anulação sistemática da burguesia, que se chegará ao almejado equilíbrio social. Isso apenas inverteria os polos da injustiça social”⁸.⁸ Uma vez no poder, os revolucionários empreenderam reformas que jamais transcenderam sua linha de radicalidade limitada, consistente com a dialética da ambiguidade e da complementaridade.

Hipercorreção e Pragmatismo Crítico

Nos meus estudos de sociologia de inteligência brasileira, tenho caracterizado os seus integrantes à luz de um espectro de posições cujos polos são hipercorreção e pragmatismo crítico. Hipercorreção é a característica do posicionamento de intelectuais que, por força de sua identificação ambivalente com o elemento nacional, tendem a atribuir a ideias e teorias importadas eficácia direta na configuração de comportamentos sociais, assim negligenciando os seus condicionamentos contextuais.⁹ O pragmatismo crítico, ao invés, caracteriza o posicionamento de intelectuais que, por força de sua identificação positiva com o elemento nacional e de sua sensibilidade às condições contextuais típicos do meio em que vivem, tendem mais a servirem-se das ideias e teorias importadas do que a admitir a sua exemplaridade abstrata. Nem sempre é possível identificar os integrantes da inteligência nacional claramente como representativos de um ou outro polo de espectro. Frequentemente, discernem-se na mesma pessoa ambos os traços. Eventualmente, há em hipercorretos aparentes acentuações pragmáticas. Há pragmáticos críticos não inteiramente liberados de inclinações hipercorretas.

Ao que tudo indica, esta ambiguidade da inteligência nacional decorre do próprio modo peculiar do advento do Brasil na história cosmopolita. A análise dessa questão demandaria considerações que transcendem o escopo deste estudo. Todavia, duas, entre outras circunstâncias, merecem destaque. Trata-se, por um lado, do tipo de colonização

expropriativa dos séculos iniciais da nossa história (diversamente da colonização da América do Norte, empreendida por migrantes mais orientados para fundar no novo meio sociedades depuradas dos defeitos institucionais do ambiente de onde vieram) e, por outro lado, do vácuo cultural do território brasileiro, em que pouco mais do que o elemento geográfico teve função condicionante da empresa colonizadora expropriativa.

Estas circunstâncias, além de outras, tornaram o Brasil uma nação de escassa criatividade cultural primária. Ideias seminais são sempre importadas. Somente a sua elaboração secundária está ao alcance da inteligência nacional. Tanto hipercorretos como pragmáticos críticos são largamente consumidores de cultura importada. O que os distingue é o seu posicionamento em face da cultura produzida nos centros da história cosmopolita. Os hipercorretos tendem a aceitá-la como súpula de paradigmas de ação. Os pragmáticos utilizam-nas como elemento subsidiário para qualificar o empreendimento formativo da sociedade brasileira, do qual se veem como mandatários.

Representantes da hipercorreção e do pragmatismo crítico se registram em todos os períodos de nossa história e, hoje, como demonstrarei mais adiante, não menos do que no passado, eles integram o cenário intelectual do País. À tradição dos primeiros pertencem indivíduos como Sales Torres Homem, Tito Franco de Almeida, os positivistas em geral, e Rui Barbosa. À tradição do pragmatismo crítico pertencem indivíduos como Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai), Irineu Evangelista de Souza (Visconde de Mauá), Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, e Oliveira Viana.

A década de 1930 recebeu e processou muito do que constituiu as correntes culturais e políticas da década anterior. Politicamente, a revolução de 1930 foi em parte preparada pelos movimentos tenentistas de 1922, de 1924, e pela Coluna Prestes. Ademais, o chamado movimento modernista dos anos vinte, em seus significantes aspectos, antecedeu ao estado e espírito de parte dos integrantes da inteligência brasileira na década de 1930. Afinal, vários modernistas históricos foram destacadas figuras do mundo das ideias naquela década.

O movimento modernista tem suscitado estudos mais apologéticos do que objetivamente críticos. Na verdade, carece ainda de um exame que identifique seus temas e consequências funcionais contraditórias. Sem dúvida, ele foi um rompimento, não raro de acentuações dramáticas e chocantes, a mentalidade reinante, representativa da rusticidade agrária do Brasil. Expressou assim o inconformismo dos que almejam um Brasil mais urbano, bem como encorajou a pesquisa das condições peculiares da formação brasileira. Foi extraordinariamente relevante sua contribuição para dar um teor nacional ao idioma do País. Todavia, não é o simples interesse na pesquisa do elemento nacional que constitui o critério para distinguir entre hipercorreção e pragmatismo crítico-pragmático de peculiaridades brasileiras.

Pode-se argumentar que o movimento modernista foi em certa escala, uma Journée de dupes, enquanto os seus representantes exceliram numa ingênua e exaltada importação de ideias e, ao definirem-se como modernistas, aceitaram como paradigmas de sua peripécia literária os estilos mesmos da decadência ocidental, tais como o futurismo, o dadaísmo, o surrealismo, o cubismo. Estes ismos, posicionamentos estéticos ultra-urbanísticos, tornaram os modernistas no Brasil uma vanguarda expatriada, como no passado o foram talvez mais

moderadamente, os nossos gongoristas, românticos e parnasianos. Ao olharem para o País, pouco discerniam nele mais do que o folclórico. Está por fazer-se a psicanálise do modernismo e, em geral, da hipercorreção nacional⁹. É possível que haja ingrediente de sadomasoquismo no retrato do Brasil que descreve o caráter do seu povo como um misto de tristeza, luxúria, cobiça e romantismo, bem como na proposta de macunaíma como típico herói brasileiro. Este impressionismo hipercorreto, com diferentes ênfases, perviveu na década de 1930, nas interpretações do Brasil empreendidas por Gilberto Freire (Casa Grande e Senzala, 1933), Afonso Arinos de Melo Franco (Conceito de Civilização Brasileira, 1935), e Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil, 1936).

O movimento modernista não foi de todo consistente com o seu intento renovador. Sucumbiu a certa modalidade de imobilismo, visível em algumas correntes regionalistas que inspirou. Por exemplo, por ocasião do Primeiro Congresso Brasileiro do Regionalismo, em 1926, Gilberto Freire apresentou uma contribuição, em que dizia:

“As novas gerações de moças já não sabem, entre nós, a não ser a gente mais modesta, fazer um doce ou guisado tradicional ou regional. Já não têm gosto nem tempo para ler os velhos livros de receitas da família. Quando a verdade é que, depois dos livros de missa, são livros de receita de doces e de guisados os que devem receber das mulheres leitura mais atenta. O senso de devoção e o de obrigação devem completar-se nas mulheres do Brasil, tornando-as boas cristãs e ao mesmo tempo boas quituteiras para assim criarem melhor os filhos e concorrerem para a felicidade nacional. Não há povo, quando às suas mulheres falta a arte culinária. É uma falta quase tão grave como a da fé religiosa”. (Gilberto Freire, Manifesto Regionalista em 1926. Bol. Do Inst. Joaquim Nabuco, Recife, 1952, vol. I, n. 1, pgs. 27-28).

Esta imagem imobilista, que acentua o que no País é pitoresco e mesmo exótico, do ponto de vista do que Euclides da Cunha chamou de litorâneo, assume vários matizes nos estudos sobre o negro no Brasil de Artur Ramos (O Negro Brasileiro, 1934; O Folclore Negro do Brasil, 1935; As Culturas Negras do Novo Mundo, 1937) e outros, bem como nos Congressos Afro-Brasileiros reunidos em Recife (1934) e em Salvador (1937).

No entanto, o imobilismo não empolga inteiramente a literatura regionalista dos anos trinta, pois ganha tonalidade gorkiana, naqueles romancistas que denunciam ao País a pobreza e miséria de populações regionais, tais como José Américo, Jorge Amado, José Lins do Rego, Jorge Lima, Amando Fontes, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Marques Rebelo e outros. Esta literatura é também constituída de documentos analíticos, como Na Planície amazônica (1936) de Raimundo de Moraes; Amazônia, a terra e o homem (2ª. Ed. 1937), de Araujo Lima; e das monografias sobre a fome no nordeste, de autoria de Josué de Castro.

Peculiar modalidade de hipercorreção na década de 1930 foi a dos intelectuais católicos, afinados à linha de pensamento representada nos anos vinte por Jackson de Figueiredo e Hamilton Nogueira. Eles são em geral bonaldianos, que aderem a uma interpretação equivocadamente conservadora da doutrina cristã. Doutrinários por excelência, em suas obras existe escassa contribuição ao entendimento concreto dos problemas das décadas de 1920 e 1930. Assim, apresentaram-se como defensores da legalidade a todo preço, de mal definida ordem”, bem como de imprecisa tradição brasileira. Suas propostas

reformistas, vagas e de longínquo impacto na mentalidade geral de época, referem-se a medidas sobre a família, o ensino, os costumes, o corporativismo, o combate ao comunismo, a recristianização do País. Considerando as revoluções políticas como fatores de desagregação social, tiveram nula participação nos movimentos insurrecionais dos anos 20 e 30, os quais tenderam, por princípio, a condenar. Na década de 1930, foram figuras fronteiriças, nenhum deles tendo exercido função legitimadora da configuração de poder dominante na época. Entre os integrantes desta corrente, destacam-se D. Sebastião Leme, Alceu Amoroso Lima, Sobral Pinto, Jonathas Serrano, Alcebiades Delamare, Sebastião Pagano, Perilo Gomes, Tenente Severino Sombra, Oscar Mendes, Luiz Delegado, Pe. Helder Câmara¹⁰.¹⁰ Este último bem como Sobral Pinto e Alceu Amoroso Lima, adotam hoje um desempenho político marcadamente confrontivo, antes que conformista.

Não se deve concluir dessas considerações que a doutrina cristã necessariamente conduz ao tipo de posicionamento hipercorreto desse grupo de intelectuais católicos. A atuação do Pe. Julio Maria em sua época testemunha o contrário, pois veementemente condenou o ultraconservadorismo católico que, por vezes, infunde à Igreja “uma piedade assustadiça que se espanta de todos os movimentos do século e foge, covardemente desanimada de... combater” (Pe. Julio Maria, *o Catolicismo no Brasil*, Agir 1950, p. 245). Nos dias presentes, dom Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo, Dom Helder Câmara, e outros prelados da Igreja atuam, entre nós, mais segundo o espírito do Pe. Julio Maria do que em conformidade com a linha dos doutrinários da “ordem” em 1920 e 1930. A situação hoje é tão diferente que até o esquerdismo tonra aberrante o caráter da posição política de certa parcela de militantes cristãos, adeptos da chamada “teologia da liberação”. Somente o profundo desconhecimento técnico da doutrina cristã, bem como o entendimento insatisfatório do marxismo, podem levar cristãos a aceitar o sinistro concluiu dessas duas concepções metafísicas incompatíveis, que se tenta consumir na chamada “teologia da liberação”. A voga, entre nós, dessa mistificação constitui mais um indicador de que hipercorreção intelectual ainda tem grande força no Brasil.

Em seu sentido heurístico, ou “puro” na acepção weberiana, o pragmatismo crítico é o atributo por excelência do posicionamento intelectual cuja identificação positiva com a sua circunstância nacional determina a orientação genérica de seu interesse pelas ideias, e o modo como assimila a cultura e a ciência importadas. É esse pragmatismo que se espelha em obras como Os sertões, de Euclides da Cunha; O Problema Nacional Brasileiro, de Alberto Torres; Grande Sertões, Veredas, de Guimarães Rosa. Em toda a história intelectual do Brasil, até os dias presentes, ninguém foi capaz de produzir algo correspondente a essas obras, enquanto expressivas da inequívoca identificação subjetiva dos nativos do País com o elemento nacional. Por isso, a sua temática permanece viva. Certamente, o posicionamento hipercorreto necessariamente leva à frustração o intenso de quem quer seja nela inspirado de emular aqueles escritores.

Hesito em oferecer lista detalhada dos representantes do pragmatismo crítico na década de 1930, porque, para tanto, seria necessário acurado exame de informações que, nesta data, não se encontram suficientemente coletadas e sistematizadas. Por exemplo, mereceriam atenção grande número de intelectuais periféricos no período de 1930 a 1945,

muitos deles colaboradores da revista Cultura Política¹¹¹ e/ou autores de trabalhos publicados graças ao financiamento direto ou indireto do Departamento de Imprensa e Propaganda. Esses indivíduos produziram um acervo de documentos de variada qualidade objetiva, desde os de natureza puramente apologética em relação ao governo do Presidente Getúlio Vargas, até os de considerável relevância elucidativa, em que procuravam debater os temas e questões pertinentes à reforma político-institucional do País. Estes documentos estão exigindo um estudo monográfico especial.

Entre as figuras cêntricas do cenário intelectual da década de 1930, representativas do pragmatismo crítico, destacam-se indivíduos como Francisco Campos, o ideólogo da legalidade do Estado Novo; Gustavo Capanema, que, como ministro da Educação, não só presidiu à reforma institucional do sistema de ensino, como também exerceu o papel de mediador entre o Estado Novo e os escritores mais resistentes à cooptação direta pela configuração de poder; Lindolfo Collor e Agamenon Magalhães, que, decisivamente, influíram na elaboração de nova legislação trabalhista e da organização sindical. Mais como teóricos do que propriamente como políticos, incluem-se na galeria cêntrica, Oliveira Viana e Azevedo Amaral¹²¹², cada um deles, a seu modo, autor de estudos sobre peculiares condições do Brasil, os quais ilustram um posicionamento crítico em relação à ciência e cultura importadas. Intelectuais independentes no período, foram Gilberto Amado, Martins de Almeida, Virgínio Santa Rosa, Caio Prado Junior, Nestor Duarte. Os livros desses escritores, respectivamente, Eleição e Representação (1931), Brasil Errado (1932), O Sentido do Tenentismo (1933), Evolução Política do Brasil (1933), A Ordem Privada e a Organização Política Nacional (1939), foram tentativas de diagnóstico dos regimes políticos do País, largamente imunes aos vícios típicos do posicionamento hipercorreto. Entre os intelectuais confrontivos, de minha classificação, incluem-se Luiz Carlos Prestes, Octavio Mangabeira, Aparício Toreli (o Barão de Itararé), e outros.

A Inteligência Brasileira na Década de 1930, sua Importância Específica

A importância específica da inteligência brasileira na década de 1930 será focalizada a seguir, enquanto refletida no bem-sucedido humanismo civilista dos seus integrantes de orientação crítico-pragmático, que inspirou os movimentos insurrecionais dos anos 20 e 30, e em sua capacidade de institucionalizar as suas aspirações básicas.

Proponho chamar de humanismo civilista a imprecisa ideologia de numerosos brasileiros, de variadas qualificações educacionais e profissionais, que desejavam, em nome do progresso, ampliar a sua participação no processo político como condição para assegurar a melhoria das condições gerais de vida do País. O humanismo civilista não vai além de um tipo liberal de reformismo que objetiva limitar o mandonismo oligárquico, instaurar o império da lei, o avanço e diferenciação da economia, a remodelação institucional do país. Desde a sua incipiente formulação por Rui Barbosa¹³¹³, o humanismo civilista revelou-se instrumento eficaz de mobilização popular, principalmente nos centros urbanos. Todavia, na primeira e segunda décadas do século, os arautos do humanismo civilista jamais conseguiram

se alçar à área cêntrica do poder. Esta promoção política do humanismo civilista foi consumida em 1930, graças à capacidade articuladora dos revolucionários no período em exame.

Politicamente, a inteligência brasileira na década de 1930 teve liderança hábil, a qual encontrou em Getúlio Vargas o seu representante mais eminente. Seu bifrontismo, sua aversão instintiva a ortodoxias postizas, sua repugnância a posições ideológicas rígidas, suas contradições de caráter, sua capacidade elástica de compromisso e conciliação, seu oportunismo, e também sua ocasional e temporária frieza no combate aos seus adversários, o talharam para exercer o papel de condutor eminente do processo político na década de 1930¹⁴.¹⁴ Todavia, o êxito político do humanismo civilista, na década em exame, muito deveu também à habilidade de articuladores como Osvaldo Aranha, Virgílio de Melo Franco, João Neves da Fontoura, Góes Monteiro, Lindolfo Collor, Augusto do Amaral Peixoto e outros.

A propósito, as vicissitudes presentes do país servem para ressaltar que a capacidade articuladora é dimensão essencial na avaliação do trabalho de liderança políticas¹⁵.¹⁵ É certo que os revolucionários de 1930 foram vagos e até confusos em seus pronunciamentos. Não sabiam o que queriam, como os cronistas assinalam. Um desses revolucionários, Osvaldo Aranha, viu o País, em 1930, como um “deserto de homens e ideais”. No entanto, apesar dessas deficiências, empreenderam tão eficientemente um trabalho de articulação política, que não só empolgam o poder, como, em três lustros, de 1930 a 1945, constituíram-se em duradoura Vanguarda Civil do país e, como tal, deram-lhe nova forma política e institucional. Constitui ainda indicação positiva da capacidade articuladora daquela Vanguarda Civil e fato de que ela sobreviveu à deposição de Vargas, em 1945. Graças à diligência de figuras cêntricas, nos quinze anos anteriores, entre as quais o próprio Getúlio Vargas, aquela Vanguarda Civil, exímia na prática de maduro maquiavelismo, metamorfoseou-se como PSD e PTB, e indiretamente condicionou a formação da UDN, isto é, o modo partidário pelo qual os seus contendores tiveram de aglutinar-se. Esses três partidos constituíram o cerne da Vanguarda Civil no Brasil desde 1945, e esta só foi desmantelada em 1964, em virtude da incompetência articuladora dos políticos, por volta daquele ano.

O movimento reformista que agitou o Brasil em 1963 e nos primeiros meses de 1964 constitui a mais espetacular jornada de otários que se registra em nossa história político-partidária¹⁶.¹⁶ Por força de sua proposta inarticulável, estava condenado à frustração e a provocar a substituição daquela Vanguarda Civil pela Guarda Militar. Nos dias presentes, a ausência de competente trabalho de articulação política dos interesses da sociedade civil, em grande parte, constitui-se num fator de impasse econômico e social do país. Este volta a ser um “deserto de homens e ideias”, com a agravante de que parece ter perdido o instinto mesmo de sua autopreservação como nacionalidade independente, instinto de que não foram deficientes os representantes pragmáticos da inteligência brasileira na década de 1930.

Outro aspecto específico da contribuição desses atores pragmáticos foi a obra institucional que realizaram como homens de governo. Neste particular, sua criatividade jamais foi excedida. No Império e na Velha República, nenhuma minoria insurrecta logrou estabelecer-se no poder e, a partir daí, realizar obra institucional de envergadura comparável

a de que se revestiram as reformas delineadas e implementadas pelos homens de governo da década de 1930. Os Governos de Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894), foram, antes de mais nada, consolidadores de uma revolução de cúpula, de escassos resultados institucionais. Já em 1894, quando se elege à Presidência da República o paulista Prudente de Morais, iniciou-se com Rodrigues Alves na pasta da Fazenda, o retorno do domínio dos proprietários de terras, que Campos Sales (1898-1902) consolida mediante a “política dos governadores”.

Na década de 1930, reforma-se o arcabouço institucional do Estado, que o habilita a processar as tensões de variados interesses dominantes, a prover aos estratos médios da população garantias estáveis necessárias para o seu avanço e diferenciação profissional e educacional, e a assegurar aos trabalhadores um mínimo de direitos e representação sindical. No período de 1930 a 1945, o Estado no Brasil transformou-se num sistema operacional de alocação de recursos, que parece estar destinado a ser requisito definitivo na organização da produção de riqueza nacional. Trinta e cinco anos após a deposição de Getúlio Vargas, em 1945, esse sistema apenas adquiriu maior complexidade e efetividade no exercício de suas funções. O Governo no Brasil tem mais poder decisório na alocação dos recursos nacionais do que o Governo no Estado Unidos. As bases de tal poder foram implantadas durante os quinze anos de governo discricionário. Muitos podem arguir que o seu preço político foi demasiadamente alto. A discussão deste argumento não é, porém, pertinente na presente análise. O fato é que o sistema operacional de formulação e implementação de decisões alocativas, legado do pragmatismo do período de 1930 a 1945, é irreversível, e constitui, hoje, o requisito indispensável da viabilidade de alternativa à aguda periferalização econômica e cultural do Brasil no presente. Ao contrário do que sugerem hoje nossos retardatários seguidores hipercorretos de Adam Smith, o sistema operacional do Estado no Brasil há de ser avaliado do ponto de vista de suas funções, não à luz da dicotomia maniqueísta intervencionismo versus economia pura de mercado. Em si mesmo, ele não é causa de nossa presente situação calamitosa. Outra seria a situação do País se fosse utilizado à luz de uma visão crítico-pragmática dos seus problemas de suas relações com o resto do mundo^{17,17}.

Vicissitudes da Redução Sociológica

O pragmatismo crítico tem sido objeto de minhas análises desde os primeiros anos de 1950. Interpretei os seus representantes como indivíduos que tentaram contribuir para a articulação do Brasil de uma ciência social depurada de distorções hipercorretas. Este objetivo inspira a obra de vários integrantes da inteligência brasileira desde o Império. Na década de 1930, muito do que constituiu o arcabouço institucional do País foi furto da prática daquela ciência social cujos elementos rudimentares são visíveis nos estudos de Oliveira Viana, Martins de Almeida, Azevedo Amaral e outros. Procurei mostrar que esses homens eram continuadores de um esforço multigeracional de construção da nacionalidade brasileira. Todavia, parecia-me que, na década de 1950, a tradição crítico-pragmática, carecendo de qualificações teóricas consistentes, estaria em perigo de permanecer entre nós como simples

somatário de fragmentos incoerentemente difusos em trabalhos de indivíduos isolados, que não tinham consciência da comunidade de seus propósitos. Foi esta situação que, na década de 1950, a proposta de redução sociológica tentou obviar.

A redução sociológica, desde sua origem, tem sido uma proposta de reorientação da ciência social no Brasil. Hoje em dia, nossos escritores hipercorretos, em suas obras escritas do ponto de vista do maneirismo prevalecente, tendem a negar a existência de ciência social no passado, como se esta fosse apenas um saber em hábito. Constitui tese essencial de meus estudos de história das ideias, o ponto de vista de que sempre houve ciência social no Brasil, entendida como saber em ato. Por exemplo, há uma teoria política implícita na ação dos homens que tornaram a independência do país factível em 1822. Há uma teoria política configuradora do Império Brasileiro. Outra na Velha República. E sem dúvida a Segunda República, tal como sugiro nesta análise, não foi destituída de uma teoria política, entendida como saber em ato. A função da análise não é, bovaristicamente, estigmatizar como pré-científico o pensamento das gerações passadas, mas nele distinguir entre os elementos críticos e não críticos e preservar os primeiros como parte de nossa sistemática consciência viva do mundo e do Brasil.

A redução sociológica foi apresentada como culminação do nosso pragmatismo crítico. Não impugnava os que, no passado, o representaram, minimizando o valor de suas contribuições, sob a alegação de que eram ideológicas e de que careciam de cientificidade. Ao contrário, definia-se em relação de continuidade com tais representantes, e acentuava a objetividade relativa do seu trabalho, e o que nele derivava da prática de verdadeira ciência social, embora de maneira mais intuitiva do que sistematicamente congruente. Na perspectiva dos dias presentes, essas considerações são relevantes para propiciar a interpretação correta (e não apologética) do pragmatismo crítico da década de 1930, e de sua trajetória nos períodos seguintes.

Na década de 1930, começa a ganhar ponderável consistência a integração de intelectuais brasileiros em redes internacionais, formal ou informalmente constituídas. Eles dessas redes são o fascismo e o marxismo-leninismo. Essas correntes iniciam na década de 1930 um tipo de proselitismo cultural internacionalmente organizado que, nos períodos anteriores, só encontra débil precedente no movimento positivista. Mas o positivismo jamais empolgou no Brasil parcelas significantes da inteligência nacional. Muito ao contrário, na década de 1930, o fascismo e o marxismo-leninismo já eram instrumentos eficientes de larga mobilização social e política, e assumiram o caráter de forças obscurantistas, internacionalmente organizadas em diferentes graus, obstrutivas da criatividade cultural e institucional do País.

Naquele período, ambas essas correntes encontram no Brasil seus mediadores hipercorretos. Graças, porém, ao robusto “instinto” dos protagonistas do pragmatismo crítico, foram mantidas em posição de marginalidade. O fascismo sofreu golpe falta com o desmantelamento da Ação Integralista Brasileira em 1937. O marxismo-leninismo, todavia, reprimido frontalmente em sua manifestação subversiva de 1935, foi, por assim dizer, mantido em rédea curta até 1945. Mas, a partir desta data, graças ao seu suporte externo,

propagandístico e político, fortaleceu-se crescentemente em seu papel periferalizante do nosso cenário intelectual.

A tradição crítico-pragmática jamais recuperou o papel central que teve no processo político e cultural do Brasil nos três lustros de 1930 a 1945. Nos cinco anos de 1945 e 1950, ela apenas continua como tênue influência político-cultural. É nos três lustros seguintes que aquela tradição retorna a sua posição de centralidade intelectual, sob a forma de redução sociológica.

Descrever as vicissitudes da trajetória da redução sociológica de 1950 a 1964 é tarefa delicadíssima. Nesse período, sua força persuasiva foi crescente, tendo marginalizado a influência de posições hipercorretas que, sob a aparência da versão francesa e norte-americana de ciência social, se encastelava em algumas Escolas prematuras de nosso sistema universitário. No entanto, a redução sociológica foi também vítima da institucionalização defectiva. É certo que o suporte institucional que adquiriu a partir de 1955 é incidental à sua essência. Ela já existia antes de adquirir tal suporte. (E disso decorre que – permito-me esclarecer neste parêntesis – Jamais me identifiquei com os intelectuais que transformaram a sigla do que erroneamente muitos acreditavam ser legítima institucionalização da redução sociológica, numa bandeira de proselitismo. Em retrospecto, contemplo os curtos três anos de minha associação com eles, como circunstância de que não me lembro sem constrangimento).

Sob a forma proselitista que assumiu de 1955 a 1964, a redução sociológica foi eventualmente obliterada por sua dupla distorção e esquerdista. Ambas as distorções viciaram o movimento naquele período, impondo-lhe diretrizes político-partidárias inarticuláveis, como assinei nos seus livros A Crise do Poder no Brasil (1961), Mito e Verdade da Revolução Brasileira (1963), bem como nos meus discursos na Câmara dos Deputados, em fins de 1963, e nos meses de 1964, que precederam ao advento do presente regime militar. No período tardio do Governo João Goulart, os militantes de um nacionalismo ingenuamente desenhado admitiam que chegara o momento oportuno para a consumação de seus objetivos. Tão decisivamente empolgaram a cena partidária, que nenhuma voz destoante de suas intenções e, muito menos, contrária às mesmas, pôde ser ouvida no País. Não foi difícil para mim prever a queda do sr. João Goulart e a intervenção militar de 1964.

Nos dias presentes, os elementos críticos de uma ciência social componentes do legado do pragmatismo não parecem ter sido apropriados pelos intelectuais contemporâneos. Quando muito, alguns dentre os mais lúcidos intelectuais contemporâneos os consideram do ponto de vista da crônica histórica, e não como herança viva inspiradora de um trabalho criativo da cultura^{18, 18}. Por isso mesmo, a internacionalização econômica e cultural do Brasil assume hoje proporções sem precedentes. Em grande medida, o trabalho cultural é hoje, entre nós, predominantemente influenciado por duas doutrinas típicas do período decadentes da sociedade ocidental: a doutrina anglo-germânica que, sob a forma de ciência social, é ensinada nas universidades dos países cêntricos, e a doutrina marxista e paramarxista, que também se apresenta como ciência social.

Essas doutrinas são largamente influentes no Brasil, graças à diligência de seus mediadores hipercorretos. A doutrina anglo-germânica tem sido mesmo favorecida e, desde a década de 1940, vem se tornando o conteúdo do que se professa em nossas instituições de

ensino superior. Aí se formam nossos cientistas sociais, inclusive economistas. Suponho que não incorreria em redundância ao observar que os mais crédulos dentre esses tornaram aquela doutrina e justificativa do bovarismo a que me referi anteriormente, segundo o qual jamais houve ciência social no Brasil antes de sua institucionalização universitária entre nós. Esta visão hipercorreta do trabalho cultural instiga hoje juvenil e polarizante dissensão ideológica, verdadeira competição cujos participantes têm que ser necessariamente perdedores ou ganhadores, pois uns e outros são ultra conscientes das fronteiras dos seus respectivos territórios. Esta dissensão parece, às vezes, constituir em revivescimento da rivalidade entre bandeirantes e emboabas. Assume importância essencial na credenciação destas facções os graus de PhD e Mestre que obtêm no exterior. Suas posições no sistema educacional brasileiro frequentemente dependem de que explicitamente sejam portadores das qualificações que, supostamente, aqueles títulos simbolizam. Assim, parte dos mediadores hipercorretos da doutrina anglo-germânica é constituída de brasileiros, ou estrangeiros aqui residentes, ou naturalizados, formados à feição norte-americana, francesa ou de outra denominação típica do mundo europeu. Existe algo de correto na percepção frequentemente expressa entre nós de que alguns intelectuais voltam do exterior transformados em “brasilianistas brasileiros”. Em outras palavras, em analistas afrancesados ou norte-americanizados de assuntos problemas nacionais, entre os quais certamente se incluem os nossos discípulos de Milton Friedman, que o magazine Time ironicamente classificaria como “cherubic, Chicago-trained economist(s)” (vide edição de 25.08.80). Esta percepção é parcialmente correta, quanto aqueles que, durante a sua instrução no exterior, em vez de se apropriarem do sólido acervo de conhecimento cuja validade e vitalidade resistem à caducidade, atrelam-se à voga temporária das correntes modernistas de pensamento, representadas pelas obras que constituem a parafernália charlatanesca expressiva da decadência cultural.

Por outro lado, o marxismo é ainda aceito como ciência e teoria por uma legião de integrantes da inteligência nacional. Eles são os socialistas de várias nuances, que militam no movimento partidário da hora e/ou no âmbito de nossas instituições culturais. Como os adeptos da doutrina anglo-germânica, focalizam a produção cultural dos que os precederam como sub ou pré-científica em geral. Sua abordagem bovarista de tal produção é mais altaneira e condescendente do que orientada no sentido de uma apropriação cumulativa e da diferenciação crítica das contribuições culturais do passado.

Os mediadores hipercorretos da doutrina anglo-germânica, principalmente os economistas, têm logrado posições no âmbito dominante de nosso sistema político-econômico, seja como atores cêntricos ou periféricos. Em relação a tal sistema, os mediadores hipercorretos do marxismo, na sua inconsciente condição de vanguarda deslocada no tempo e no espaço, atuam como figuras fronteiriças ou confrontivas. Isso não quer dizer, porém, que sua influência seja pouco ponderável. O contrário disso atesta o fato de que o documento programático do atual partido do Governo incorpora elementos de sua linguagem e de seu ideário. Essa diversidade de posicionamentos tem a sua lógica própria. Da doutrina anglo-germânica derivam os critérios governamentais de percepção e tratamento dos assuntos e problemas brasileiros. Em sua análise dessa doutrina e das políticas governamentais, os

marxistas e paramarxistas utilizam-se da dicotomia capitalismo versus socialismo, considerando este como súmula de um modelo positivo ordenador do processo brasileiro. Mas essa dicotomia é meramente aparente. E  isto que torna ambas as doutrinas termos de uma disseno cativa na ideologia modernista, constitutiva do período de decadência da sociedade ocidental. Este é o assunto que constituirá o foco de nossas consideraes a seguir

Salvar e Fenmeno Brasileiro

Poucos são hoje os que se do conta de singular magnitude histórica da crise econmica, social e política em que o Brasil se encontra, e bem assim dos seus efeitos no domínio cultural. Esta crise é uma crise como outras que se registraram no passado, mas a manifestao da agonia de um modo secular de articulao do Brasil com o resto do mundo, em seu momento terminal. Nos últimos 480 anos, o Brasil apenas teve uma existência cativa no período de decadência da sociedade. São conhecemos a cultura da decadência, por força desta catividade. Assim, nunca tivemos em nossa memória viva o termo referencial para compreender cabalmente a decadência como categoria de análise de nossa própria história. Temos vivido 480 anos na decadência, em perfeita e inocente candura. É certo que são hoje a sociedade ocidental começa a render-se  evidência de que os últimos séculos, ao contrário de representarem uma trajetória ascensional, constituem período em que se tem verificado a sua compulsiva desnaturao e degradao. Ao fim destes cinco séculos, a sociedade ocidental defronta-se com o seu veredicto: a inviabilidade do paradigma de relaes entre os seres humanos, que postula, em funo do qual patologia e degenerescência se tornaram os critérios de normalidade da convivência social, bem como falência de seu modelo de relaes entre a sociedade e a natureza, que atrofia e ameaça extinguir a capacidade desta de auto restaurar-se.

No entanto, na memória viva da sociedade ocidental, sempre operou um termo referencial que, embora reprimido, perturbou a tranquilidade de sua consciência. Trata-se do legado de valores e conhecimentos imperecíveis articulados por sucessivas geraes, e de vigência configurativa da sociedade ocidental, até o limiar do seu longo período de modernidade¹⁹.¹⁹ Esquemáticamente, na articulao de tal legado se destacam indivíduos como Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Sir John Fartescue, Richard Hooker, que são conhecemos como relíquias históricas, e cujo pensamento jamais foi parte de tradio teórica vigorante no processo configurativo da cultura no Brasil. Durante os últimos cinco séculos, houve sempre na sociedade ocidental minorias que, consistentes com esse pensamento, reconheceram na modernidade uma síndrome patológica de decadência, antes que um ndice da marcha triunfal da humanidade.

Graças a essas minorias preservou-se viva na sociedade ocidental a intuio de que decadência é uma categoria de análise histórica. Mais recentemente a essa categoria recorreram analistas como N. J. Danilensky, Nicolau Berdiaeff, Osvaldo Spengler, Pitirim Sorokin, Arnold Toynbee, Karl Jaspers, A. N. Whitehead, Eric Voegelin, Leo Strauss, Mircea Eliade, e os especialistas em hermenêutica. Seria fora de propósito, nesta oportunidade, investigar o que esses autores conceituam como decadência. Todavia, é lícito derivar de seus

estudos o pressuposto de que uma configuração histórico-cultural preserva a plenitude de sua vitalidade enquanto se mantém como totalidade cujas partes se integram organicamente por força de critérios ordenadores, irreduzíveis a termos puramente socio mórficos, que lhe conferem o caráter de miniatura do universo. Como verdadeiro cosmion, nenhuma de suas partes logra expansividade ilimitada, e nenhum critério secular se torna determinativo de sua articulação como totalidade. Decadência é um tipo de diferenciação sem limites de que resultam a desintegração da unidade orgânica da configuração histórico-cultural e a capturação desta pelo processo de expansão autônoma de uma de suas partes seculares.

Do ponto de vista desta metáfora conceitual, o individualismo do século XVI é indicador do período liminar da decadência da sociedade ocidental, enquanto representa uma liberação psicológica do ser humano incompatível com a preservação da unidade orgânica desta sociedade. Mais particularmente indicativo da decadência desta sociedade é a diferenciação que atinge o seu momento culminante na chamada Revolução Industrial, e de que resultou a promoção da economia ao papel de referente por excelência do modo de relações entre seres humanos, e entre esses e a natureza. Enquanto legitimadora deste processo, a ciência social, nas suas modalidades anglo-germânica e marxista e paramarxista, é manifestação doutrinária e ideológica da decadência. Do ponto de vista da teoria das configurações histórico-culturais, capitalismo e socialismo não são propriamente antinomias. Ambos têm suas raízes numa interpretação puramente socio mórfrica das relações entre seres humanos, e entre estes e a natureza, enquanto pressupõe que os critérios de ordenamento da sociedade são sociais eles mesmos. Ambos são episódios de liberações socio mórficas do ser humano. O primeiro pressupõe que tal liberação se efetiva na medida em que o mercado assume o papel de agência determinativa, por excelência, do processo histórico-social. O socialismo aceita a validade temporária desse pressuposto e, em última análise, precisa um tipo de liberação humana como evento social, em que a liberdade nada mais é do que a consciência da própria necessidade histórica. Na prática, porém, a necessidade histórica é uma versão socio mórfrica da providência divina, que justifica um tipo sem precedentes de barbarismo e de tirania.

Interpretada como a culminação do período decadencista da sociedade ocidental, a presente crise do mundo e do Brasil não admite uma superação ditada pelos critérios intrínsecos à decadência. O projeto de modernização do Brasil tem sido objetivamente um atrelamento da País à decadência da sociedade ocidental, do qual é necessário que nos liberemos hoje para conjurar a nossa secular condição periférica no mundo. A alternativa a este projeto é um modelo que restaure a multicentricidade da existência humana e sua consonância com os limites termodinâmicos da natureza^{20.20}. Este modelo não é moderno, no sentido técnico da palavra. A modernidade é a ideologia da decadência. Em outras palavras, é um cliente de opinião que induz da decadência os critérios de avaliação da história decorrida e de comparação das sociedades contemporâneas. A ciência social anglo-germânica e o marxismo, prisioneiros neste clima de opinião, não podem transcender a decadência e proverem o tipo de conhecimento necessário para dirimir a presente crise do mundo e do Brasil.

Cativo no processo de decadência da sociedade ocidental, o Brasil sempre aspirou a se tornar uma nação moderna. Nunca ocorreu à inteligência brasileira que, sob o pretexto de modernizar-se, sucumbia a uma modalidade bizarra de maneirismo. Não temos ideia consistente da existência de um legado imperecível de valores e conhecimentos, e do seu caráter de paradigma ordenador da convivência social. A história cultural do Brasil é uma sucessão de ideias e teorias de validade provisória, invariavelmente importadas dos países cêntricos. Os membros hipercorretos de cada geração tendem a fazer tábula rasa do passado, e declaram a sua superioridade em relação às gerações que os precederam, pelo simples fato de que se admitem mais modernizados, isto é, mais bem informados a respeito dos epígonos eventuais da moda intelectual de seu tempo. Levi-Strauss, Habermas, Althusser, Gramsci, ressuscitado, e outras celebridades do dia no exterior são hoje as fontes em que se abeberam os nossos intelectuais maneiristas. E como os modernistas dos anos vinte, os nossos intelectuais maneiristas, nos dias presentes, alimentam a ilusão de que o seu trabalho de propagação de ideias e teorias importadas corresponde a uma revolução cultural. Essa inocente candura e beatice precisa ser hoje encarada de frente, se é que vamos ter chance de consumir uma alternativa para o ordenamento maneirista da sociedade brasileira.

É justo observar que os integrantes do pragmatismo crítico sempre tiveram, embora limitada, a consciência do maneirismo da inteligência brasileira. Por isso mesmo, tentaram corrigir essa distorção. Em meus estudos, ressaltai a importância dessa minoria de intelectuais e os considerei como praticantes da redução sociológica. Assim, embora o discurso forma da redução sociológica tenha sido apresentado em 1958, sempre houve no Brasil intelectuais que praticaram a redução sociológica avant la lettre. A partir de 1958, a crescente influência da redução sociológica nos meios intelectuais tem sido efetiva do que reconhecida. Não obstante, nem todas as conotações da redução sociológica foram compreendidas e assimiladas.

Em 1965, ao rever o texto da redução sociológica, publicado em 1958, sublinhei o seu tríplice significado, a saber: 1) atitude metódica imprescindível à assimilação crítica da cultura importada; 2) adestramento cultural sistemático necessário para habilitar o indivíduo a resistir à massificação de sua conduta e às pressões sociais organizadas; 3) superação da ciência social nos termos institucionais e universitários em que se encontra^{21,21}

No seu terceiro sentido, a redução sociológica desde 1965 tem permanecido, entre nós, uma impressa no papel, isto é, não encontrou nenhuma pessoa, nenhum grupo motivado para empreender a sua consumação. No entanto, a Nação Brasileira não pode ser socorrida contra o colapso iminente, enquanto arrastada no presente curso sinistro da sociedade ocidental, a menos que se reinvente. Essa reinvenção é essencialmente uma façanha cultural e política. Além do colapso iminente, não há futuro para o Brasil nos termos maneiristas e hipercorretos que o configuram como nação periférica. Porque esses termos prevalecem ainda hoje no ordenamento econômico, social, cultural e político do País, somos uma nação indefesa contra a pilhagem. Atores territoriais e não-territoriais comandam do exterior essa pilhagem, que, entre nós, é mediada por intelectuais e tenoburocratas maneiristas, bem como pelo coorte da maioria de nossa chamada classe média. Inconscientemente, ela partilha de tal operação de pirataria a fim de manter a vigente estrutura hipercorreta de consumo do País. À

diferença dos Estados Unidos, chegamos a fim do período da decadência da sociedade ocidental sem termos constituído a logística de produção independente de bens materiais e, muito menos de cultura e ciência. Somos até agora consumidores por excelência de cultura e ciência importadas. Além de textos maneiristas e da parafernália traduzidos, o brasileiro quase não tem o que ler. Nossas escolas são, em larga medida, centros de instrução mimética. Nossa juventude não tem mentores. Na situação impasse econômico e social em que o País se encontra, não são poucos os que acolhem o ponto de vista da capitulação, que atribui aos nossos financiadores externos o encargo de socorrê-lo contra o perigo de sua falência como empresa nacional. A fibra e a vertebração do País parecem acometidas de aguda debilidade. Não é assim para estranhar o fato de que a imagem do Brasil na imprensa representativa da opinião daqueles centros financeiros justifique o seu arrolamento na galeria das nações indigentes como o Zaire e Bangladesh (vide Time, 25.08.80).

Não nascemos no Brasil por deliberação. Mas isso não é escusa para escolher o rumo da capitulação. Mais inteligente é aceitá-lo como destino e com espírito de grandeza, posicionamento sem o qual seria impossível o sucesso de qualquer tentativa de salvar o fenômeno brasileiro.

¹ Vide Guerreiro Ramos. “O Problema da Mortalidade Infantil”, *Sociologia*, vol. VIII, n. 1, São Paulo, 1951; “Pauperismo e Medicina Popular”, *Sociologia*, vol. XIII, n. 3, São Paulo, 1951; O Processo da Sociologia no Brasil (Esquema de uma história de ideias), Rio, 1953; “O Tema da Transplantação e as Enteléquias na Interpretação do Brasil” e “O Regionalismo na Sociologia Brasileira”, ambos em *Serviço Social*, Ano XIV, n. 74, São Paulo, 1954; “Características Psicossociais do Povo Brasileiro”, Escola Superior de Guerra (Reservado (C-51-55), 1955; *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, Rio, 1956.

² Vide Guerreiro Ramos. *A Crise do Poder no Brasil*, Rio, 1961.

³ Vide Sergio Miceli, *Poder, Sexo e Letras na República Velha*, São Paulo, 1977; e *Intelectuais e Classe Dominante no Brasil* (1920-1945), São Paulo, 1979.

⁴ Vide Octavio Malta, *Os Tenentes na Revolução Brasileira*, Rio 1969, págs. 125-130.

⁵ Vide Malta, *op. cit.*, p. 42.

⁶ Vide Abguar Bastos, *História da Política Revolucionária no Brasil*, 1969, pág. 251.

⁷ Vide Malta, *op. cit.*, pág. 134.

⁸ Vide Malta, *op. cit.*, pág. 135.

⁹ A psicanálise da hipercorreção de nossos escritores abolicionistas foi admiravelmente feita por David T. Haberly, “Abolitionism in Brazil: Anti-Slavery and Anti-Slave”, in *Luso-Brazilian Review*, vol. IX, n. 2, 1972.

¹⁰ Sobre este grupo de intelectuais, vide Guerreiro Ramos. “A Ideologia da Ordem”, *A Crise do Poder no Brasil*, págs. 141-151. Vide também Monica Pimenta Velloso, “A Ordem: Uma Revista de Doutrina Política e Cultura Católica”, *Revista de Ciência Política*, vol. 21, n. 3, setembro de 1978

¹¹ Sobre esta população de escritores, vide o estudo informativo de Marcos Figueredo, “*Cultura Política: Revista Teórica do Estado Novo*”. *Dados*, n. 4, 1968.

¹² Sobre as obras de Azevedo Amaral, vide Aspásia Brasileiro Alcântara, “A Teoria Política de Azevedo Amaral”, Dados, 2/3, 1967. Sobre pontos de vista políticas de vários escritores os anos 30, vide Lucia Lippi Oliveira, “Elite Intelectual e Debate Político”, Dados, n. 22, 1979.

¹³ Vide San Tiago Dantas, Dois Momentos de Rui Barbosa, Rio, 1951.

¹⁴ Um lúcido retrato psicológico de Vargas foi traçado por Assis Chateaubriand. Veja seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. Veja também pequeno estudo de Albert Béguin, publicado na imprensa carioca, quando o País viveu o trauma do suicídio do Presidente Vargas em agosto de 1954 (cito estas fontes de memória).

¹⁵ Sobre o problema da Articulação política no Brasil, vide meus artigos publicados no Jornal de Brasil, em 1978 e 1979.

¹⁶ Sobre isso, vide meu estudo “Revolução Brasileira ou Jornada de Otários?” em meu livro Mito e Verdade da Revolução Brasileira, Rio 1963, Vide também meus discursos na Câmara dos Deputados, proferidos nos primeiros meses de 1964.

¹⁷ Vide Guerreiro Ramos, O Modelo Econômico Brasileiro: Uma Apreciação à Luz da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais, Cadernos do Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.

¹⁸ Talvez esta afirmativa não seja de todo correta em relação aos conscienciosos trabalhos de Wanderlei Guilherme dos Santos, “A Imaginação Político-Social Brasileira”, Dados 2/3, 1967, e Ordem Burguesa e Liberalismo Político, Rio, 1978; bem como de Bolivar Lamounier, “Formação de Um Pensamento Político Autoritário na Primeira República: Uma Interpretação”, in Boris Fausto (organizador), O Brasil Republicano, Tomo XII, 2º. Vol., São Paulo, 1977.

¹⁹ Sobre modernidade como síndrome da decadência, vide Tilo Schabert, “A Note on Modernity”, Political Theory, vol. 7, n. 1, fevereiro, 1979.

²⁰ Este modelo é o assunto central do meu livro, A New Science of Organizations, A Reconceptualization of the Wealth of Nations, University of Toronto Press, Toronto, 1981. A ser também publicado no Brasil, pela Fundação Getúlio Vargas.

²¹ Vide Guerreiro Ramos, A Redução Sociológica (2ª. ed.), Rio, 1965, pág. 16 e págs. 177-199.